

A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula

Alex André Vargem*

Resumo

O objetivo do artigo é examinar a política externa brasileira para a África no governo Lula. É analisada a efetividade desta política, assim como o processo de decisão e interesses de atores estatais e não estatais.

Palavras Chaves: Política externa, África e Governo Lula

Abstract

The aim of this article is to examine the foreign policy of the Brazilian State to Africa in the Lula government. Is analysed the effectiveness this policy, as well as how the decision making process and interests of the state actors and non-state actors.

Key-words: Foreign policy, Africa, Lula administration

Desde o primeiro mandato, que se expressa em seu discurso de posse, o governo Lula vem dando sinais de mudanças em relação à política externa para o continente africano, iniciada no começo dos anos 60 no governo Jânio Quadros sob a Política Externa Independente. Neste período, o presidente Jânio recomendou ao Itamaraty um grupo de estudos sobre a África para melhor planejar as ações brasileiras no continente, num contexto onde as lutas de libertação e independência dos países africanos em relação ao colonizador Europeu eram latentes, e se formavam as primeiras nações africanas. Estas relações entre Brasil e África oscilaram ao longo dos últimos anos.

Diferente do governo Fernando Henrique Cardoso, que priorizou o Mercosul e fechou postos e embaixadas na África, o atual governo acrescenta um outro capítulo na cooperação no âmbito Sul-Sul em relação ao continente africano. Essa formulação da política externa para a África envolve outros atores. É necessário compreender que o Partido dos Trabalhadores tem ligações históricas com o movimento negro, além de outros movimentos sociais que de certa forma, inseriu na agenda política governamental a questão do Brasil e sua ligação com a África. No discurso expressado pelo ministro das relações exteriores, Celso Amorim, fica evidente esta posição: “Como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constituiu para o Brasil uma obrigação política,

* Graduando do Curso de Ciências Sociais da PUC-SP.

moral, e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa”. (AMORIM, 2003).

Como efeito desta declaração, uma das primeiras atitudes do governo Lula no 1º mandato foi modificar a estrutura interna do Itamaraty em relação à África. Além da *Divisão de África (I) e (II)*, o governo desmembrou o *Departamento da África e do Oriente Médio* para dar lugar a mais um departamento, voltado exclusivamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada a *Divisão de África-III (DAF-III)*.

Uma das prioridades desta pauta foi o aumento quantitativo e abertura de postos e embaixadas fechados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, elevando de 18 para 30 o número de embaixadas, como também dois consulados-gerais – embora muitos destes postos ainda não apresentem uma estrutura adequada, atuando com poucos funcionários. “Esse movimento proporcionou maior intensidade nas relações Brasil-África, uma vez que também se pôde observar o interesse de vários Estados africanos (a exemplo do Benin, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) na abertura de postos diplomáticos no Brasil. Entre 2003 e 2006, o número de embaixadores africanos acreditados em Brasília saltou de 16 para 25”. (RIBEIRO, 2008). Neste sentido, podemos observar que houve abertura de postos diplomáticos dos dois lados, uma cooperação mútua.

Além do número de viagens oficiais do governo para o continente africano, que no primeiro mandato alcançou mais de 17 países. Ribeiro aponta que os lugares visitados foram São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Em dezembro de 2003, o governo brasileiro esteve no Egito e Líbia. Em julho de 2004, as visitas incluíram São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde. Em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. E por fim, em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul. O intuito dessas viagens foi estabelecer relações bilaterais, assim como a abertura e ampliação de novos acordos e mercados. Trata-se de interesses políticos estratégicos de longo prazo, que valorizam os aspectos econômicos e financeiros imediatos.

Um outro fator é o perdão da dívida dos países africanos. Segundo dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o governo brasileiro perdoou mais de US\$ 1 Bilhão em dívidas para a África, com o objetivo de estabelecer uma parceria

mundial para o desenvolvimento (estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), que inclui apoio técnico às nações do hemisfério Sul, com transferência de conhecimentos e de experiências por meio de treinamentos, de consultorias, da capacitação institucional e da execução de projetos-piloto. Entre estes países, destacam-se a Nigéria, com um abatimento de 67% da dívida que estava pendente desde 1984 que somava US\$ 162 milhões e Moçambique, com um acordo em que o Brasil perdoou 95 % da dívida do país africano no valor de US\$ 351 milhões.

Sobre as relações comerciais entre Brasil e África, podemos notar o dobro deste fluxo nos últimos anos. Analisando o primeiro mandato do governo Lula, este fluxo passou de US\$ 6 Bilhões em 2003 para US\$ 15 Bilhões em 2006, com destaque para os 3 grandes parceiros comerciais no continente africano: Angola, África do Sul e Nigéria, que correspondem a 48% das exportações para aquele continente (RIBEIRO, 2007).

Especificamente na relação com Angola, o Brasil estabelece um favorável estreitamento diplomático, já que foi o 1º país a reconhecer a independência angolana de Portugal, em 1975. Em Angola, onde a economia cresce mais de 15% ao ano, e estima-se que cerca de 10% do PIB (US\$ 60 Bilhões) seja de empresas brasileiras, com destaque para o setor de serviços, além de linhas de crédito, aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na ordem de US\$ 1,4 Bilhão, para financiar a compra de equipamentos brasileiros para obras de infra-estrutura e desenvolvimento de Angola, correspondendo a 50 projetos, cerca de 200 pequenas e médias empresas brasileiras serão beneficiadas.

A presença de Agentes Não-Estatais

Com uma presença iniciada no continente africano nos anos 70, quem mais se beneficiou com este estreitamento diplomático foi o empresariado brasileiro. Incentivado tanto pelo Itamaraty quanto pela Câmara de Comércio Brasil-África (criada em 1968 no contexto da ditadura militar) cujo objetivo era de incentivar o empresariado brasileiro a investir na África, como uma estratégia governamental de substituição de importações por uma opção que atendia aos interesses do Brasil: “À medida que o crescimento da indústria nacional via substituição de importações e gerava estoques invendáveis, o governo se via

forçado a incentivar não apenas as exportações de artigos de maior valor agregado (manufaturados), mas também a conquista de novos mercados.”(SANTANA, 2003).

A África constituía um mercado praticamente desconhecido para a quase totalidade dos empresários brasileiros. Nesta conjuntura, o corpo diplomático do Brasil amparou esta relação com todo o apoio logístico necessário, fornecendo a recepção, chancela oficial da operação, facilitação dos trâmites burocráticos e acesso a personalidades locais, ou seja, nessa concepção de relações Sul-Sul, com intercâmbio de países emergentes, o Brasil encontra na África um destino para as suas exportações, com empresas estrangeiras e de capital nacional para investir no continente, sobretudo exportadoras de serviços.

Hoje percebemos a presença de grandes empresas do setor de infra-estrutura, minério e energia, como a, Furnas, Construtora Norberto Odebrecht, Vale do Rio Doce, Camargo Correa e Andrade Gutierrez – todas sendo beneficiadas com fatias expressivas do mercado africano.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, presente em 4 continentes e incluindo países como Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, somando uma população que corresponde a 240 milhões de pessoas, estes acordos bilaterais atingem diversas áreas estruturais, como exemplo, os projetos de cooperação bilaterais pertencentes aos centros de ensino técnico brasileiro no Timor e em Angola; a disposição de urnas eletrônicas para o pleito eleitoral em Guiné-Bissau; instalação de uma fábrica retroviral em Moçambique; ações da Agência Nacional de Petróleo para ajudar os países na regulação e exploração de seu petróleo.

Considerações Finais

Refletindo sobre estas ações, podemos notar o interesse brasileiro pela África a partir da busca de novos mercados. No entanto, se pensarmos no âmbito cultural, estas ações acabam se tornando insuficientes e de certa forma contraditórias. A exemplo do decreto assinado pelo presidente Lula, onde aborda a questão da obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas, em 2005, podemos avaliar melhor esta questão. Sabemos da importância de pensarmos a África em seu legado histórico, artístico, cultural e humano, e de como devemos nos estreitar e nos olhar enquanto parte também desta cultura. Entretanto, tendo a maioria da população composta por negros e descendentes, o Brasil não

detêm uma estrutura educacional preparada para discutir África em sala de aula, justamente por não tê-la reconhecida enquanto parte de sua própria história. Para que este decreto não seja apenas simbólico, alguns militantes do movimento negro atuam e cobram ações efetivas de governos municipais e estaduais na implementação efetiva do decreto.

Ao analisar a atuação da diplomacia brasileira e dos agentes não-estatais na África, é preciso superar a visão deste olhar para o outro lado do Atlântico com o objetivo meramente acordado em vantagens comerciais, de se obter um espaço na partilha africana. Mesmo que haja esse reconhecimento do governo brasileiro para com a África, “o Brasil, por meio de um discurso pretensamente progressista, julga-se capaz de ajudar os países africanos, promovendo uma política missionária civilizacional”. (RIBEIRO, 2007). Em suma, há que se olhar para o continente africano não mais sob o ponto de vista eurocêntrico, e “salvador”, mas sim estreitando as relações de forma semelhante, enquanto países que tenham laços em comum.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, C. L. N. (2003). O Brasil e o “renascimento africano”. In: Folha de São Paulo, p. A3, 25/05/2003.
- RIBEIRO, C. O. (2007). *Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)*. São Paulo: Doutorado em Ciência Política - Universidade de São Paulo.
- _____. (2007). “União Africana: possibilidades e desafios. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional”. Ministério das Relações Exteriores, v., p. 33-72.
- _____. (2007). “Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão e reflexão”. In: *Meridiano 47* (UnB), v. 83, p. 9-11.
- _____. (2008). “Cooperação entre Brasil e África”.
<http://www.comciencia.br/comciencia> (Consultado em 10 novembro de 2008)
- SANTANA, I. (2003). “Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. Ano 25, pp. 517-555.